

(...) "Acho que o Governo Central, uma vez terminado este processo de aculturação e integração, está a ver as potencialidades que Macau tem de ser diferente" (...) - Luís Sáragga Leal

# LOCAL

(...) "Tenho a certeza que Macau vai ter um papel cada vez mais importante como plataforma de investimentos" (...)

SÓCIO DA PLMJ DESCRIBE OPORTUNIDADES DE INVESTIMENTO

## As "potencialidades imensas" da RAEM

Um dos principais responsáveis pela maior sociedade de advogados de Portugal esteve em Macau para falar sobre oportunidades de investimento nos países de língua oficial portuguesa. Luís Sáragga Leal pensa que a RAEM irá ter um papel cada vez mais relevante no comércio entre China e os países lusófonos

**PAULO BARBOSA**

**L**uís Sáragga Leal, "managing partner" e sócio fundador da PLMJ - considerada a maior sociedade de advogados de Portugal - proferiu ontem uma palestra sobre oportunidades de investimento nos países de língua oficial portuguesa. O responsável considera que "Macau tem, pelo seu regime administrativo especial, potencialidades imensas de ser um centro financeiro, mas sobretudo uma plataforma de investimentos no Delta do Rio das Pérolas e hoje, em toda a China". O território "pode também ser uma porta de saída de investimentos chineses para os países da CPLP", acrescenta.

Após vários anos sem visitar o território, Luís Sáragga Leal confessa-se surpreendido com o que veio encontrar: "É uma nova Macau pujante, em grande crescimento, claramente aberta ao investimento internacional. Julgo que vamos ter aqui muitas oportunidades de trabalho em parceria com a DSL (sociedade constituída pelos advogados Carlos Simões, David Lopes, Julia Brockman e Rita Martins) e vamos

suscitar o interesse dos grupos chineses ou grupos de Macau que estejam vocacionados para investir nos países da África austral", afirma. O advogado admite que, "depois da transferência de soberania, houve uma fase inicial em que foi menos evidente a utilização de Macau para uma plataforma para os investimentos estrangeiros no sul da China e investimentos chineses fora do país".

Mas se nos primeiros anos após o estabelecimento da RAEM terá havido "uma compreensível aculturação de Macau aos padrões chineses", essa situação mudou, na opinião de Luís Sáragga Leal: "Acho que o Governo Central, uma vez terminado este processo de aculturação e integração, está a ver as potencialidades que Macau tem de ser diferente e de, não ignorando e desprezando cinco séculos de história, poder fazer a diferença como porta de saída relativamente a investimentos estrangeiros."

O causídico considera que Macau poderá vir a ter um protagonismo maior enquanto intermediário entre a China e os países lusófonos "É sintomático que Portugal tenha um acordo de dupla tributação com a China, que é um instrumento fundamental para promover as relações comerciais e os investimentos de capital. Esse acordo aplica-se em Macau também. Não há ainda acordos de dupla tributação de Angola e Moçambique com a China, mas curiosamente já há entre Moçambique e Macau. Portanto, tenho a certeza que Macau vai ter um papel cada vez mais importante como plataforma de investimentos", exemplifica.



Depois de ter feito um périplo pela China, ao longo de quase três semanas, onde realizou palestras semelhantes em Pequim, Xangai e Hong Kong, Luís Sáragga Leal identificou, perante uma audiência constituída maioritariamente por advogados portugueses, oportunidades de "investimento muito diversificadas, que podem ser de interesse para os grupos chineses". Estas encontram-se em todos os países da CPLP e em áreas como os recursos naturais - petróleo, gás, recursos mineiros -, o sector alimentar, as grandes infraestruturas portuárias, aero-portuárias e urbanas, o sector energético (hidroeléc-

tricas e carvão).

O seminário de investimento, que foi co-organizado pela Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa (CCILC) e pelas sociedades de advogados DSL e PLMJ, surge dado que a PLMJ (sigla A.M. Pereira, Sáragga Leal, Oliveira Martins e Júdice) tem escritórios em Angola e em Moçambique e "há um crescente interesse das empresas públicas chinesas e dos grandes grupos privados chineses para fazer investimentos fora da China, designadamente na África Austral", analisa Luís Sáragga Leal. Este responsável apontou oportunidades de negócio em países como Portugal (descrevendo o papel da AICEP), Moçambique e Angola, frisando que, neste último país, a China já ultrapassou os EUA como principal destino de exportações, em resultado da maior procura chinesa de petróleo.

A PLMJ conta com uma rede de 640 advogados (200 dos quais em Portugal) e tem vindo a desenvolver uma rede de parcerias com os países da CPLP, "com base na mesma língua que temos, a mesma cultura, a mesma história e sistemas jurídicos muito equivalentes". As parcerias da PLMJ incluem o escritório local DSL Advogados, com quem é hoje estabelecido um acordo. Existe também uma parceria com um escritório chinês sediado em Pequim, onde a PLMJ tem uma advogada residente. "A nossa política é trabalhar com os escritórios nacionais, fomentando as relações com esses escritórios e deslocalizando para eles alguns advogados da PLMJ", explica Luís Sáragga Leal.